



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS
A Secretária-Geral

06/08/08

Luís

Ofº nº 6172/MAP - 7 Agosto 06

À DAPLEN
P/A DSATS
2006.08.05

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 3687	29-05-2006	Registo nº 2896	30-05-2006

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 2112/X (1ª) - AC DE 25 DE MAIO DE 2006, DA
SENHORA DEPUTADA PAULA CRISTINA DUARTE (PS)
- TRIBUNAL DA MAIA

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
MARIA JOSÉ SANTOS
JOANA LIMA
LÚCIO FERREIRA

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 3838 de 4 de Agosto, do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

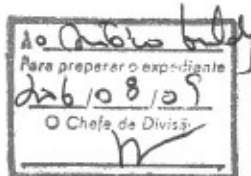
Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

Maria José Ribeiro

SMM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 3093 em 06/08/05



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Enxame N.º 4409

Data 4 / 8 / 2006

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de
Sua Excelência o Ministro dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (A.R.)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 3803/MAP

SUA COMUNICAÇÃO
31.05.2006

NOSSA REFERÊNCIA
Pº 396/2005

LISBOA 4 AGO. 2006

Nº 3838

ASSUNTO: Requerimento nº 2112/X(1ª) – AC de 25 de Maio de 2006 da Senhora
Deputada Paula Cristina Duarte (PS)
Tribunal da Maia

Em resposta ao requerimento apresentado pela Senhora Deputada Paula Cristina Duarte (PS), relativamente ao Tribunal da Maia, cumpre informar o seguinte:

1. Dada a urgência da situação gostaria de saber qual o ponto da situação da aquisição do terreno e conseqüente construção do novo Palácio de Justiça.

Em Setembro de 2002, o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça informou a Câmara Municipal da Maia da aprovação do terreno proposto pela autarquia solicitando que fosse formalizada a respectiva doação.

Em Fevereiro de 2003, o mesmo Instituto remeteu uma minuta de um protocolo a celebrar pelas duas entidades para a construção do Palácio da Justiça.

Em Abril de 2003, quando tudo estava encaminhado para a doação do terreno e construção do palácio, em reunião na Câmara Municipal da Maia, foi solicitada a alteração da localização do Palácio e apresentada uma nova solução, nomeadamente, a cedência de um terreno no qual havia sido iniciado uma construção (entretanto parada) e que implica a adaptação do projecto inicial à construção do Palácio de Justiça.

Neste sentido, em Junho de 2003 foi assinado entre o Ministério da Justiça e o Presidente da Câmara Municipal da Maia, um memorando de entendimento onde ficou prevista a ponderação técnica, jurídica e financeira da adaptação do imóvel.

MA/AM



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

Ora, com a presente solução proposta pela Câmara Municipal, a construção e readaptação do espaço para o futuro Palácio da Justiça da Maia terá de ter um financiamento superior, o que implica alterações ao mapa de investimento do Ministério da Justiça que está a ser devidamente ponderada.

Ainda assim, dada a situação da comarca da Maia, o Ministério da Justiça prepara a instalação do Juízo de Execução criado em Decreto-Lei desde 2003 e que, só após os esforços desenvolvidos pelo actual Governo, vai ser possível instalar e começar a resolver a situação dos processos executivos existentes na Maia.

Igualmente, aproveitando o ensejo de criação do novo Juízo de Execução da Maia, o Ministério da Justiça realizou no último ano, um conjunto de obras de forma a reinstalar o tribunal do Trabalho em instalações com mais espaço e melhores condições de funcionamento.

Estas obras encontram-se em fase de finalização prevendo-se a abertura das duas novas instalações da Justiça na Maia até ao final do corrente ano.

2. As acções executivas acumulam-se e contribuem para o agravar da situação.

Para quanto está prevista a instalação do novo Juízo de Execução.

Conforme já respondido na pergunta anterior o novo Juízo de Execução da Maia entrará em funcionamento no último trimestre do corrente ano.

Este novo Juízo de Execução, apesar de criado por Decreto-Lei desde 2003, significará uma aposta considerável do Ministério da Justiça na região em período de forte contenção orçamental, e representará um serviço novo na Justiça permitindo um melhor e mais fácil acesso do cidadão à Justiça.

Com os melhores cumprimentos,

? O Chefe do Gabinete,

(Filipe Costa)

Rui Santos

Adjunto do Ministro da Justiça
Em substituição do Chefe do Gabinete
(Despacho n.º 13918/2005, II Série, de 23 de Junho)

MA/AM